



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

ANÁLISE DE RISCOS LICITAÇÃO E EXECUÇÃO CONTRATUAL

A Lei Federal n.º 14.133/2021, em seu art.18, relaciona as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, dentre elas *“a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual”*, objeto do inciso X.

I – Análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação

Identificação dos riscos:

O sucesso de uma licitação pode ser caracterizado pela obtenção de uma proposta *“apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto”* (art.11, I), assegurando-se tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição (inciso II), evitando-se contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos (inciso III).

O insucesso da licitação ocorre quando nenhum licitante dela participa ou quando ela resta fracassada porque as propostas ofertadas estavam em desacordo com as exigências editalícias, sendo desclassificadas, e/ou os licitantes não atenderam às condições de habilitação, sendo inabilitados.

Dessa forma, o sucesso da licitação está ligado, principalmente, aos seguintes fatores:

- 1 – Definição e especificações claras e objetivas do objeto da contratação, aderentes às necessidades do órgão licitador e às práticas comuns no setor privado;
- 2 – Exigências de documentação de habilitação (jurídica; técnica; fiscal, social e trabalhista; e econômico-financeira) limitadas ao mínimo indispensável à garantia do cumprimento das obrigações, procurando-se ampliar o número de licitantes e a justa competição entre eles;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- 3 – Escolha da modalidade de licitação, do modo de disputa e do critério de julgamento compatíveis com o objeto a ser contratado e que permitam ampla participação de interessados, garantindo-se tratamento isonômico entre os licitantes e a justa competição entre eles;
- 4 – Exigências de catálogos e amostras e prova de conceito, quando necessários para garantir que os produtos/serviços propostos estão adequados com as especificações do objeto da contratação, de forma a evitar propostas com preços manifestamente inexequíveis e permitir à Administração a obtenção da proposta mais vantajosa que atenda às suas necessidades;
- 5 – Definição das condições de execução, recebimentos provisório e definitivo, e pagamento do objeto da contratação de formas claras e objetivas, compatíveis com aquelas praticadas no setor privado, observados os potenciais de economia de escala, de forma a obter-se a proposta mais vantajosa para a Administração;
- 6 – Fixação de preços máximos, obtidos de pesquisa de preços realizadas de acordo com as normas do art.23 da Lei Federal n.º 14.133/21, de forma a evitar-se contratações com sobrepreço.

Tratamento e mitigação dos riscos:

Asseguramos que o Termo de Referência, o Edital e o Contrato deste processo digital foram elaborados para atender todos os fatores listados acima, procurando mitigar os riscos de insucesso da licitação.

Ações de contingência:

Ocorrendo o insucesso da licitação, as áreas envolvidas na contratação deverão rever o Termo de Referência, a Pesquisa de Preços, o Edital e o Contrato para identificarem as possíveis causas do insucesso, corrigindo-as, se existirem e forem passíveis de revisão, e republicando o edital da licitação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

A unidade solicitante deverá analisar quais as ações que deve tomar, em virtude do prolongamento da fase de contratação do objeto pretendido, para não causar prejuízos à Alesp, ou mitigá-los para reduzir seus impactos.

II – Análise dos riscos que possam comprometer a boa execução contratual

A boa execução contratual pode ser caracterizada pela obtenção do objeto contratual com qualidade desejada, no prazo estipulado e no valor ajustado em contrato, havendo o adequado cumprimento das cláusulas contratuais e do Termo de Referência, bem como das obrigações legais.

A má execução contratual ocorre quando uma ou mais das cláusulas contratuais e do Termo de Referência deixam de ser atendidas, havendo, por exemplo, a execução e/ou a entrega do objeto contratual em desacordo com as especificações, tanto qualitativa quanto quantitativamente, a execução e/ou a entrega com atraso em relação aos prazos parciais e total fixados no cronograma contratual, o descumprimento de obrigações legais, trabalhistas e previdenciárias, o superfaturamento na execução do contrato, exigência de acompanhamento e fiscalização da contratação acima dos parâmetros habituais.

Dessa forma, a boa execução contratual está ligada, principalmente, aos seguintes fatores:

- 1 – Definição e especificações claras e objetivas do objeto da contratação, aderentes às necessidades do órgão licitador;
- 2 – Definição do modelo de execução do objeto contratual, de forma clara e objetiva, abrangendo desde o início da execução contratual até seu encerramento, incluindo os resultados pretendidos;
- 3 – Estabelecimento das regras de gestão do contrato, com o detalhamento das formas de acompanhamento e fiscalização da execução contratual;
- 4 – Definição do cronograma físico-financeiro contratual e da forma de seu acompanhamento;
- 5 – Definição objetiva dos critérios de recebimento provisório e definitivo, de medição e de pagamento da execução contratual;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- 6 – Exigência de garantias da execução contratual, por meio dos instrumentos previstos em lei;
- 7 – Estabelecimento das penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo, por descumprimento contratual.

Tratamento e mitigação dos riscos:

Asseguramos que o Termo de Referência, o Edital e o Contrato deste processo digital foram elaborados para atender todos os fatores listados acima, procurando mitigar os riscos de má execução contratual.

Durante a execução contratual, a Alesp indicará servidores experientes para a gestão do contrato e para o acompanhamento e fiscalização da execução contratual, com competência para dirimir eventuais questões que surjam ao longo da vigência contratual, exigir o cumprimento de normas, aplicar penalidades, receber o objeto contratual e liberar os pagamentos.

Ações de contingência:

A unidade solicitante deverá analisar quais as ações que deve tomar, em virtude de eventuais problemas que ocorram durante a execução contratual, com a abertura de Relatórios de Ocorrência para a formalização de notificação a contratada para o saneamento contratual, de forma a evitar prejuízos para as atividades da Alesp, ou mitigá-los para reduzir seus impactos na Administração.

Comunicação Social, 21 de julho de 2025.

Ana Lúcia da Silva Oliveira

Gestora de Divisão



Assinado por : ANA LUCIA DA SILVA OLIVEIRA:22180853807

Data assinatura :21/07/2025 17:35:23

Assinado por : MATHEUS PEREZ GRANATO:28117366894

Data assinatura :23/07/2025 10:55:10